

# EXERCÍCIOS

1) (CESPE) Decorrem do princípio da reserva legal a exigência de que as entidades da administração indireta sejam criadas ou autorizadas por leis específicas e a de que, no caso das fundações, leis complementares definam suas áreas de atuação.

LC → ATUAÇÃO

# EXERCÍCIOS

- C 2) (CESPE) Mesmo pertencendo ao quadro da administração indireta, o IPHAN deve obedecer aos preceitos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.



# EXERCÍCIOS

E

3) (CESPE) O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou o aumento do espaço de discricionariedade do administrador público.

REDUÇÃO

# EXERCÍCIOS

4) (CESPE) O princípio da proporcionalidade, que determina a adequação entre os meios e os  fins, deve ser obrigatoriamente observado no processo administrativo, sendo vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

# EXERCÍCIOS

E

5) (CESPE) Em decorrência do princípio da segurança jurídica, é proibido que nova interpretação de norma administrativa tenha efeitos retroativos exceto quando isso se der para atender o interesse público.

NÃO  
EXISTE

# EXERCÍCIOS

(E)

6) (CESPE) O dever do administrador público de agir de forma ética e com boa-fé se refere ao seu dever de ~~eficiência~~.

MORALIDADE

# EXERCÍCIOS

- 7) (CESPE) As prerrogativas do poder público sobre os particulares, decorrentes da supremacia do interesse público, são ~~integralmente~~ <sup>PARCIALMENTE</sup> afastadas quando a administração, eventualmente, se nivela, sob algum aspecto, a entidade sob regime de direito privado.

PÚBLICO → SUPERIORIDADE

PRIVADO → SEM SUPERIORIDADE

# EXERCÍCIOS

(L)

8) (CESPE) A pretexto de atuar eficientemente, é possível que a administração pratique atos não previstos na legislação.

↳ LEGALIDADE



# EXERCÍCIOS

9) (CESPE) Nos casos de desapropriação e do exercício do poder de polícia do Estado, constata-se nitidamente a aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

→ SUPERIORIDADE

# EXERCÍCIOS

10) (CESPE) O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é um dos pilares do regime jurídico administrativo e autoriza a administração pública a impor, mesmo sem previsão no ordenamento jurídico, restrições aos direitos dos particulares em caso de conflito com os interesses de toda a coletividade.

→ LEGALIDADE

# EXERCÍCIOS

- E** 11) (CESPE) O princípio da impessoalidade, que consagra a ideia de que o poder público deve dispensar tratamento isonômico e impessoal aos particulares, deve ser entendido de forma ~~absoluta~~, já que não comporta exceções ou tratamentos diferenciados pela administração.

# EXERCÍCIOS

- C 12) (CESPE) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são princípios constitucionais que regem a administração pública, traduzindo-se o princípio da impessoalidade no princípio da finalidade que impõe ao administrador público o dever de praticar o ato administrativo apenas para o seu fim legal.

FINES  
PÚBLICOS



# EXERCÍCIOS

- C** 13) (CESPE) O princípio da precaução impõe à administração, diante de situações e ações que envolvam risco, a adoção de medidas preventivas contra a ocorrência de dano para a coletividade.

# EXERCÍCIOS

72%



E

14) (CESPE) Apesar de o princípio da ~~moralidade~~ exigir que os atos da administração pública sejam de ampla divulgação, veda-se a publicidade de atos que violem a vida privada do cidadão.

PUBLICIDADE

# EXERCÍCIOS

- 15) (FCC) Entre os princípios aplicáveis à Administração pública, insere-se o da
- A) impessoalidade, com base no qual é coibido o uso de símbolos que caracterizem a promoção pessoal de autoridades em atos e programas de governo.
  - B) razoabilidade, que afasta a possibilidade de ações governamentais que impliquem restrições à atuação de particulares com base no poder de polícia.
  - C) legalidade, que impede a prática de atos discricionários, fundados em conveniência e oportunidade da Administração.
  - D) moralidade, que deve, necessariamente, ser aplicado em caráter acessório e complementar ao da legalidade, eis que não dotado de autonomia.
  - E) publicidade, aplicável apenas em relação aos atos administrativos que produzam efeitos em face de terceiros.

ADM

# EXERCÍCIOS

B

16) (FCC) Em relação aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, é correto afirmar que

PARTICULAR

A) em relação ao princípio da legalidade, a Administração Pública não é obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

~~B) o princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução dos fins a serem alcançados pelo Estado.~~

C) o princípio da eficiência, dada a sua natureza finalística, é ~~prevalente~~ em face do princípio da legalidade.



# EXERCÍCIOS

IMPLÍCITOS

D) são aplicáveis à Administração Pública ~~exclusivamente~~ aqueles princípios mencionados no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que são o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

E) o princípio da publicidade decorre do direito dos administrados em ter acesso a informações de interesse particular ou coletivo e, por essa razão, não admite a existência de informações públicas sigilosas.

# EXERCÍCIOS

17) (FCC) O princípio da supremacia do interesse público

A) é ~~hierarquicamente~~ superior aos demais princípios, impondo-se sempre que houver conflito entre o interesse público e o interesse particular.

B) foi ~~substituído~~ pelo princípio da indisponibilidade dos bens públicos, posto que as decisões que visam ao atendimento do interesse público não colidem mais, na atualidade, com os interesses privados.

C) depende de interpretação do conteúdo no caso concreto, não se aplicando apriorística ou isoladamente, sem considerar os demais princípios e as demais normas que se apliquem aos diversos interesses contrapostos, públicos e privados.

D) é aplicado quando inexiste disposição legal para orientar determinada atuação, posto que, em havendo, é típico caso de incidência do princípio da legalidade.

E) ~~depende~~ essencialmente do princípio da legalidade, uma vez que, para sua integral aplicação e validade, é necessário que exista norma legal expressa nesse sentido.

# EXERCÍCIOS

E

18) (FCC) O princípio da supremacia do interesse público informa a atuação da Administração pública

A) de forma absoluta ~~diante~~ das lacunas legislativas, tendo em vista que o interesse público sempre ~~pretere~~ o interesse privado, ~~prescindindo~~ da análise de outros princípios.

B) ~~subsidiariamente~~, se não houver lei disciplinando a matéria em questão, pois não se presta a orientar atividade interpretativa das normas jurídicas.

C) ~~alternativamente~~, tendo em vista que somente tem lugar quando não acudirem outros princípios expressos.

D) de forma ~~prevalente~~, posto que tem ~~hierarquia~~ superior aos demais princípios.

E) de forma ampla e abrangente, na medida em que também orienta o legislador na elaboração da lei, devendo ser observado no momento da aplicação dos atos normativos.

# EXERCÍCIOS

B

19) (FCC) A respeito dos princípios básicos da Administração, é correto afirmar:

A) Em razão do princípio da moralidade o administrador público deve exercer as suas atividades administrativas com EFICIÊNCIA presteza, perfeição e rendimento funcional.

~~B) Os princípios da segurança jurídica e da supremacia do interesse público não estão expressamente previstos na Constituição Federal.~~

C) A publicidade é elemento EFICÁCIA formativo do ato e serve para ~~convalidar~~ ato praticado com irregularidade quanto à origem.

D) Por força do princípio da publicidade ~~todo~~ e qualquer ato administrativo, ~~sem~~ exceção, deve ser publicado em jornal oficial.

E) O princípio da segurança jurídica ~~permite~~ a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa. PROÍBE

# EXERCÍCIOS

20) (FCC) Sobre os princípios que limitam e informam a atuação da Administração pública, considere:

- ~~I.~~ O princípio da legalidade estabelece os precisos limites da atuação da Administração pública, ~~não~~ podendo ser invocado para proteger direitos dos administrados.
- II. A observância do princípio da impressoalidade visa a garantir que a Administração pública não atue para prejudicar ou beneficiar determinados administrados.
- ~~III.~~ O princípio da supremacia do interesse público ~~prevalece~~ sobre os demais princípios, pois toda a atuação da Administração pública deve priorizar o atendimento do interesse público.

# EXERCÍCIOS

Está correto o que consta em

~~A) \* e II, apenas.~~

~~B) \* II e III.~~

~~C) \* e III, apenas.~~

~~D) II, apenas.~~

~~E) III, apenas.~~

9



# OBRIGADO!



@thalliusmoraes



@thalliusmoraes



Simplifica



Prof. Thállius Moraes



**Estratégia**  
Concursos